

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
2ª Sessão Extraordinária de 2023

Data: 19/09/2023

Hora: 09:00

Local: Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público – Setor de Administração Federal Sul, Quadra 2, Lote 3 – Brasília/DF

PAUTA DESTA SESSÃO

PARTE I – PROCESSOS ELETRÔNICOS

Processos com Pedido de Vista

Pedido de Vista na 6ª Sessão Ordinária de 2022 (26/04/2022)

- 1) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.01094/2021-58
- Requerente: Cristiano Zanin Martins
- Advogados: Valeska Teixeira Zanin Martins – OAB/SP nº 153720; Victor Lugan Rizzon Chen – OAB/SP nº 448673
- Requerido: Corregedoria do Ministério Público Federal
- Interessado: Membro do Ministério Público Federal
- Advogados: Andre Fonseca Roller – OAB/DF nº 20.742; Fernando Gaião Torreão de Carvalho – OAB/DF nº 20.800; Felipe de Oliveira Mesquita – OAB/DF nº 34.673
- Objeto: Ministério Público Federal. Revisão de Processo Disciplinar. Expediente PGR-00020423/2021. Decisão definitiva proferida no âmbito da Corregedoria Geral do Ministério Público Federal, que determinou o arquivamento da representação.
- Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
- Origem: Distrito Federal
- Vista: Cons. Daniel Carnio Costa
Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira

Pedido de Vista na 12ª Sessão Ordinária de 2023 (22/08/2023)

- 2) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00693/2021-90 (Processo Sigiloso)
- Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
- Requerido: Membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
- Advogado: João Pedro de Souza Mello – OAB/DF nº 63.016
- Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
- Objeto: Membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Reclamação Disciplinar nº 1.00476/2020-00. Exercício da advocacia por parte de integrante dos quadros de membros ativos do Parquet. Reincidência. Desrespeito à decisão proferida e penalidade aplicada pelo Conselho Nacional do Ministério Público.
- Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
- Origem: Distrito Federal
- Vista: Cons. Moacyr Rey Filho

Processos com pedido de vista regimental cancelado em razão de fim de mandato

- 3) Proposição nº 1.00328/2018-90
Requerente: Orlando Rochadel Moreira
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Dispõe sobre a impossibilidade de servidor ou membro do Ministério Público requerer a aposentadoria voluntária no curso de processo punitivo disciplinar.
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Distrito Federal
- 4) Proposição nº 1.00461/2019-18
Requerente: Lauro Machado Nogueira
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Regulamento de cursos oficiais para ingresso, formação inicial e vitaliciamento de membros do Ministério Público.
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Distrito Federal

Processos Remanescentes

Incluído na Pauta da 4ª Sessão Ordinária de 2022 (29/03/2022)

- 5) Reclamação Disciplinar nº 1.00844/2020-00 (Processo Sigiloso)
Requerente: Sigiloso
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Advogado: Marcelo Ramos Peregrino Ferreira – OAB/SC nº 12309
Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Santa Catarina; Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Santa Catarina.
Relator: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto
Origem: Santa Catarina

Incluído na Pauta da 5ª Sessão Ordinária de 2022 (19/04/2022)

- 6) Reclamação Disciplinar nº 1.00555/2019-23 (Recurso Interno)
Recorrente: Luiz Paulo Teixeira Ferreira
Advogada: Desiree Gonçalves de Sousa – OAB/DF nº 51483
Recorrido: Membro do Ministério Público Federal
Advogados: Alexandre Vitorino Silva – OAB/DF nº 15.774, Bruna Cabral Vilela Bonomi – OAB/DF nº 43.447; Dayane Rabelo Queiroz – OAB/DF nº 59118.
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público Federal.
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Paraná

Incluído na Pauta da 8ª Sessão Ordinária de 2022 (24/05/2022)

- 7) Proposição nº 1.00511/2018-30 (Embargos de Declaração)
- Embargantes1: Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho
- Embargante2: Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
- Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Acrescenta o § 5º ao art. 1º, da Resolução CNMP nº 73/2011. Possibilidade do exercício das atividades de coaching e similares pelos membros do Ministério Público brasileiro.
- Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
- Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 13ª Sessão Ordinária de 2022 (13/09/2022)

- 8) Proposição nº 1.00220/2019-05
- Requerente: Valter Shuenquener de Araújo
- Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Alteração das Resoluções nº 20/2007, nº 129/2015 e nº 181/2007. Adequação às disposições do art. 53, do Estatuto da Igualdade Racial e do Direito Internacional dos Direitos Humanos.
- Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima
- Origem: Distrito Federal
- 9) Proposição nº 1.00708/2019-32
- Requerente: Dermeval Farias Gomes Filho
- Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Fiscalização de verbas do Fundo Penitenciário Nacional. Ações dirigidas à ampliação de ofertas de vagas do sistema prisional.
- Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima
- Origem: Distrito Federal
- 10) Proposição nº 1.00139/2022-58
- Requerente: Otavio Luiz Rodrigues Junior
- Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União
- Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Alteração da Resolução nº 154, de 13 de dezembro de 2016, que dispõe sobre a atuação dos membros do Ministério Público na defesa dos direitos fundamentais das pessoas idosas residentes em instituições de longa permanência e dá outras providências.
- Relator: Cons. Moacyr Rey Filho
- Origem: Distrito Federal

11) Proposição nº 1.00653/2022-00

Requerente: Antônio Edílio Magalhães Teixeira

Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Alteração do art. 4º, inciso I, da Resolução CNMP nº 20/2007. Redução do número de visitas ordinárias na atividade de controle externo da atividade policial.

Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima

Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 15ª Sessão Ordinária de 2022 (11/10/2022)

12) Proposição nº 1.00634/2022-67

Requerente: Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Diretrizes para realização de videoconferência no âmbito do Ministério Público.

Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos

Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 16ª Sessão Ordinária de 2022 (25/10/2022)

13) Proposição nº 1.01297/2021-90

Requerente: Marcelo Weitzel Rabello de Souza

Interessado: Comissão do Sistema Prisional e Controle Externo da Atividade Policial

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Regulamentação, no âmbito do Ministério Público, da tutela coletiva de segurança pública e controle externo da atividade policial.

Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima

Origem: Distrito Federal

14) Proposição nº 1.01301/2021-92

Requerente: Marcelo Weitzel Rabello de Souza

Interessado: Comissão do Sistema Prisional e Controle Externo da Atividade Policial

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Regulamentação, no âmbito das unidades e ramos do Ministério Público, a tutela coletiva das políticas públicas de execução penal e a atividade de fiscalização dos estabelecimentos penais efetuadas pelos seus membros.

Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima

Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 17ª Sessão Ordinária de 2022 (22/11/2022)

- 15) Reclamação Disciplinar nº 1.00591/2019-97 (Recurso Interno)
Recorrentes: José Renan Vasconcelos Calheiros; Rogerio Correia de Moura Baptista
Recorridos: Membros do Ministério Público Federal
Advogados: Felipe de Oliveira Mesquita – OAB/DF n.º 34.673; Luiz Roberto Fonseca Silva – OAB/SP n.º 351939; Marcio Fernando Elias Rosa – OAB/SP n.º 83.744; Carlos Mohn Roller – OAB/DF n.º 62.938
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público Federal.
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Paraná
- 16) Conflito de Atribuições nº 1.01043/2022-61
Requerente: Procuradoria da República – Alagoas/União dos Palmares
Requerido: Ministério Público do Estado de Alagoas
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado de Alagoas. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato nº 1.11.001.000093/2022-47. Apuração de irregularidades em barragem sem licença ambiental no município de Batalha/AL.
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 3ª Sessão Ordinária de 2023 (14/03/2023)

- 17) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00483/2020-85
Requerente: Misael Silva Nogueira
Requeridos: Ministério Público do Estado do Acre; Ministério Público do Estado do Amapá
Objeto: Ministério Público do Estado do Acre. Ministério Público do Estado do Amapá. Irregularidades no pagamento de auxílio saúde. Pagamento mediante comprovação de gastos. Pedido liminar.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Amapá
- 18) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00494/2020-83
Requerente: Misael Silva Nogueira
Requerido: Ministério Público do Estado do Amazonas
Interessada: Associação Amazonense do Ministério Público
Objeto: Ministério Público do Estado do Amazonas. Irregularidades. Pagamento. Auxílio Saúde. Proibição de penduricalhos e auxílios ao subsídio dos membros do Ministério Público brasileiro.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Amazonas
- 19) Reclamação Disciplinar nº 1.00253/2022-50 (Recurso Interno)
Recorrente: Alexandre Apra de Almeida
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso.
Relator: Cons. Rodrigo Badaró Almeida de Castro
Origem: Mato Grosso

Incluídos na Pauta da 6ª Sessão Ordinária de 2023 (25/04/2023)

- 20) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00882/2021-63 (Embargos de Declaração)
Embargante: Marcela Christine Ferreira de Melo Castelo Branco
Advogado: Daniel Coutinho da Silveira – OAB/PA nº 11595
Embargado: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Pará. Instrumentalização de sua atuação funcional em fundamentos ideológicos e desviando-se do atendimento do interesse público. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar CNMP nº 1.00305/2021-80. Portaria CNMP-CN nº 34/2021.
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos
Origem: Pará
- 21) Proposição nº 1.00865/2022-25
Requerente: Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Estabelecimento de diretrizes para as atividades de auditoria interna no Ministério Público.
Relator: Cons. Jayme Martins de Oliveira Neto
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 7ª Sessão Ordinária de 2023 (09/05/2023)

- 22) Proposição nº 1.01010/2021-77
Requerente: Rinaldo Reis Lima
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Alteração da Resolução CNMP nº 181/2017, de modo a adequar a normativa afetada pela Lei nº 13.964/2019.
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Distrito Federal
- 23) Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho nº 1.01104/2022-72
Requerente: Catarina Von Zuben
Requerido: Ministério Público do Trabalho
Objeto: Ministério Público do Trabalho. Solicitação de indenização de períodos de férias não gozadas. Indeferimento, sob alegação de intempestividade dos requerimentos. Alegação de descumprimento aos julgados dos Processos nº 256/2006-11, 370/2008-11, 652/2006-48, 1352/2012-24, Recursos Internos em RCA 18/2009-58 e 34/2009-41, e 1.00447/2017-70.
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: São Paulo

Incluídos na Pauta da 8ª Sessão Ordinária de 2023 (30/05/2023)

- 24) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00739/2021-80 (Processo Sigiloso)
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Objeto: Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Examinar os termos dos Acordos de Cooperação Técnica nº 84/2015 e nº 59/2016, celebrados entre o Ministério Público do Estado de Santa Catarina e a SEF/SC. Acórdão proferido no PCA CNMP nº 1.00168/2020-58.
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: Santa Catarina
- 25) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00123/2023-71
Requerente: Antonio Henrique de Amorim Cadete
Requerido: Ministério Público do Estado de Alagoas
Objeto: Ministério Público do Estado de Alagoas. Procedimento Administrativo nº 1.11.000.001111/2022-18. Condenação de Promotor de Justiça por improbidade administrativa no bojo da Ação Civil de Improbidade Administrativa nº 0000592-58.2012.8.02.0045. Possível impedimento de exercício da função eleitoral, perante o Juízo da 16ª Zona Eleitoral de Alagoas.
Relator: Cons. Daniel Carnio Costa
Origem: Alagoas

Incluídos na Pauta da 1ª Sessão Extraordinária de 2023 (03/07/2023)

- 26) Conflito de Atribuições nº 1.01128/2022-86
Requerente: Procuradoria da República – Bahia
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado da Bahia. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato nº 1.14.000.002673/2022-77. Apuração de suposta recusa de atendimento e de fornecimento de exames em meio físico pelo Hospital Sarah Kubitschek.
Relator: Cons. Rodrigo Badaró Almeida de Castro
Origem: Bahia
- 27) Reclamação Disciplinar nº 1.01198/2022-06
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul
Advogado: Elton Luis Nasser de Mello – OAB/MS nº 5123
Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul; Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.
Relator: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto
Origem: Mato Grosso do Sul

- 28) Correição nº 1.00163/2023-50
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Espírito Santo; Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Objeto: Aprovação do relatório conclusivo da Correição Ordinária de Fomento à Resolutividade no Ministério Público do Estado do Espírito Santo, a ser realizada na cidade de Vitória, a incidir sobre projetos, iniciativas e/ou boas práticas resolutivas que se encontram ativas no Estado.
Relator: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto
Origem: Espírito Santo
- 29) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00200/2023-57
Requerentes: Claudio Daniel Fonseca de Almeida; Fabio Alves Bonfim; Igor Citeli Fajardo Castro; João Paulo Fernandes; Liliane Kissila Avelar Lessa; Marconi Hudson Meira Bezerra
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Alegação de inconstitucionalidade na previsão da Lei Complementar Estadual nº 34/94, de que a movimentação interna será sempre precedente a qualquer hipótese de movimentação externa, seja promoção, seja remoção. Alegação de nulidade da "remoção interna". Pedido de liminar.
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Minas Gerais
- 30) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00426/2023-49
Requerente: Elison Nascimento da Silva
Advogada: Aline Costa Monteiro Origa – OAB/RO nº 2580
Requerido: Ministério Público do Estado do Acre
Interessado: Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos – CEBRASPE
Objeto: Ministério Público do Estado do Acre. Edital nº 1 – MPE/AC. Concurso Público para cargo de Promotor de Justiça Substituto do Ministério Público do Estado do Acre. Alega excesso de formalismo da banca examinadora por não reconhecer como válido o diploma de bacharel em Direito apresentado pelo requerente na prova de títulos. Solicita correção da nota final e retificação do Edital nº 18 – MPE/AC, de 04/04/2023. Pedido de Liminar.
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Acre

Incluídos na Pauta da 11ª Sessão Ordinária de 2023 (08/08/2023)

- 31) Reclamação Disciplinar nº 1.00490/2019-06 (Recurso Interno)
Recorrente: Associação Brasileira de Juristas pela Democracia
Advogados: Rivadavio Anadão de Oliveira Guassu – OAB/DF nº 41777; Raimundo Cezar Britto Aragão – OAB/DF nº 32147-B; Nuredin Ahmad Allan – OAB/PR nº 37.148-A
Recorridos: Membros do Ministério Público Federal
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público Federal.
Relator: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves
Origem: Paraná

- 32) Reclamação Disciplinar nº 1.00877/2019-36
Requerente: Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado da Bahia
Advogados: Manoel Joaquim Pinto Rodrigues da Costa – OAB/BA nº 11.024; Anderson da Silva Oliveira – OAB/BA nº 56764
Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado da Bahia; Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado da Bahia.
Relator: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto
Origem: Bahia
- 33) Proposição nº 1.00006/2023-08
Requerente: Jaime de Cassio Miranda
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Enunciado com a seguinte redação: “No processo administrativo disciplinar, não se admite a intervenção do noticiante ou reclamante como terceiro”. Julgamento do Recurso Interno no Processo Administrativo Disciplinar (PAD) nº 1.01306/2021-60.
Relator: Cons. Rodrigo Badaró Almeida de Castro
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 12ª Sessão Ordinária de 2023 (22/08/2023)

- 34) Reclamação Disciplinar nº 1.00765/2022-90 (Recurso Interno)
Recorrente: Rodrigo Martins Pires de Amorim
Advogado: Rodrigo Barroso de Oliveira – OAB/RJ nº 164955
Recorridos: Membros do Ministério Público Federal
Advogados: Felipe de Oliveira Mesquita – OAB/DF nº 34.673/DF; Fernando Gaião Torreão de Carvalho – OAB/DF nº 20.800; Andre Fonseca Roller – OAB/DF nº 20.742
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público Federal.
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos
Origem: Rio de Janeiro
- 35) Reclamação Disciplinar nº 1.00967/2022-78
Requerente: Edson Luis Souza Melo Rocha
Advogada: Clara Estefania Vieira Santos – OAB/GO nº 38703
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de Goiás
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Goiás.
Relator: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto
Origem: Goiás
- 36) Reclamação Disciplinar nº 1.00143/2023-60 (Processo Sigiloso)
Requerente: Sigiloso
Advogado: Jose Henrique Salim Schmidt – OAB/RS nº 43698
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
Advogado: Marcelo Almeida Sant'Anna – OAB/RS nº 50.756
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul.
Relator: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto
Origem: Rio Grande do Sul

- 37) Proposição nº 1.00346/2023-00
Requerente: Rodrigo Badaró Almeida de Castro
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Emenda Regimental. Alteração do Regimento Interno para ampliar determinados prazos processuais.
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Distrito Federal
- 38) Proposição nº 1.00368/2023-07
Requerente: Moacyr Rey Filho
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Disciplina, no âmbito do Ministério Público, procedimentos relativos à contratação de Soluções de Tecnologia da Informação.
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Distrito Federal
- 39) Conflito de Atribuições nº 1.00496/2023-60
Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo
Requerido: Procuradoria da República – São Paulo
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Ministério Público Federal. Conflito negativo de atribuição. Inquérito Policial nº 1008380-39.2023.8.26.0050. Apuração de possível crime de falsificação de documento público, em decorrência de oferta de venda de comprovantes de vacinação falsos via Telegram e Whatsapp.
Relator: Cons. Rodrigo Badaró Almeida de Castro
Origem: São Paulo
- 40) Conflito de Atribuições nº 1.00599/2023-67
Requerente: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Requerido: Procuradoria da República – Minas Gerais
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Ministério Público Federal. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato nº 1.22.010.000139/2023-16. Apuração de possível crime de estelionato, ou crime econômico-financeiro, por parte da empresa Funerária Guanhães, localizada na cidade de Guanhães/MG.
Relator: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves
Origem: Minas Gerais
- 41) Pedido de Providências nº 1.00628/2023-27
Requerente: Tulio Marcus Peretto
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Solicita revisão da atuação do promotor de justiça na condução da NF nº 43.0712.0003018/2022-5 que apura irregularidades relacionadas ao quantitativo de cargos comissionados na Autarquia SAAE Sorocaba.
Relator: Cons. Jayme Martins de Oliveira Neto
Origem: São Paulo

Incluídos na Pauta da 13ª Sessão Ordinária de 2023 (12/09/2023)

- 42) Reclamação Disciplinar nº 1.00378/2020-73 (Recurso Interno)
Recorrente: Miguel Francisco Urbano Nagib
Recorrido: Membro do Ministério Público Federal
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público Federal.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Distrito Federal

- 43) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.01103/2021-29
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado da Bahia
Advogado: Manoel Joaquim Pinto Rodrigues da Costa – OAB/BA nº 11.024
Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado da Bahia; Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado da Bahia. Apuração de baixa produtividade nas áreas de improbidade e patrimônio público, ausência de proatividade e resolutividade, bem como omissão na condução de número considerável de procedimentos extrajudiciais. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar 1.00528/2019-50. Portaria CNMP-CN Nº 67/2021.
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: Bahia
- 44) Reclamação Disciplinar nº 1.01332/2021-80
Requerente: Janio Natal Andrade Borges
Advogado: Jefferson Costa Vilela Pereira – OAB/RJ nº 221547
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado da Bahia
Advogado: Manoel Joaquim Pinto Rodrigues da Costa – OAB/BA nº 11.024
Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado da Bahia; Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado da Bahia.
Relator: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto
Origem: Bahia
- 45) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00006/2022-18
Requerente: Marcelo Yuri Moreira Martins
Advogado: Matheus Andrade Braga – OAB/CE nº 40.495
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Interessado: Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Ceará - SINSEMPECE
Advogado: Marcio Augusto Ribeiro Cavalcante – OAB/CE nº 12359
Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Indicação de Técnico Ministerial para cargo comissionado de Assessor Jurídico I na 2ª Promotoria de Justiça de Conflitos Fundiários e Defesa da Habitação. Indeferimento. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Daniel Carnio Costa
Origem: Ceará
- 46) Proposição nº 1.00595/2022-52
Requerente: Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União.
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Emenda Regimental. Inclusão do inciso VII ao artigo 77, bem como inserção dos §§ 5º a 10º, renumerando, via de consequência, o § 5º originário como § 11º e, ainda, alteração do caput do artigo 84, todos do RICNMP. Regulamentação da transação administrativa disciplinar no âmbito do CNMP.
Relator: Cons. Daniel Carnio Costa
Origem: Distrito Federal

- 47) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00788/2022-40 (Recurso Interno)
Recorrente: Pedro Paulo Mendes Martins
Advogados: Luciana Alves de Lima Angelo – OAB/PR nº 56332; Luiz Eduardo Canto de Azevedo Bueno – OAB/PR nº 88950
Recorrido: Ministério Público do Estado do Paraná
Objeto: Ministério Público do Estado do Paraná. Procedimento de impugnação de vitaliciedade de membro. Decisão do Colégio de Procuradores de Justiça. Determinação para reintegração do requerente ao cargo de Promotor de Justiça.
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: Paraná
- 48) Conflito de Atribuições nº 1.00976/2022-69
Requerente: Procuradoria da República – Minas Gerais
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Interessados: Belo Horizonte – 21ª Promotoria de Justiça: Tutela das Fundações; PR-MG – 26º Ofício
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Minas Gerais. Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.22.000.002810/2022-00. Procedimentos Administrativos de nº 0024.21.004.516-7, nº 0021.21.004.849-2, nº 0024.22.007.466-0, nº 0024.22.009.774-5 e nº 0024.22.010.518-3. 21ª Promotoria de Justiça de Tutela de Fundações. Força-Tarefa Rio Doce. "Caso Samarco" (Desastre de Mariana).
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Minas Gerais
- 49) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01176/2022-00
Requerente: Gilberto Valente Martins
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará
Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Processo n.º 000011-012/2022. Exceção de Impedimento e Suspeição. Possível imparcialidade. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos
Origem: Pará
- 50) Conflito de Atribuições nº 1.00349/2023-63
Requerente: Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Requerido: Procuradoria da República – Santa Catarina
Objeto: Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Ministério Público Federal. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato nº 01.2022.00031482-3. Apuração de irregularidades no Consórcio Intermunicipal de Mobilidade Urbana, em decorrência de autorização à empresa AutoViação Leblon para operar linha interestadual de transporte entre os Municípios de Rio Negro/PR e Mafra/SC, sem contrato emergencial ou licitação.
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: Santa Catarina

- 51) Reclamação Disciplinar nº 1.00356/2023-47
Requerente: Município de Araraquara
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo
Advogado: Levy Emanuel Magno – OAB/SP nº 107041
Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de São Paulo; Ministério Público do Estado de São Paulo; Associação Paulista do Ministério Público
Advogado: Jose Jeronimo Nogueira de Lima – OAB/SP nº 272305
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de São Paulo.
Relator: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto
Origem: São Paulo
- 52) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00398/2023-32
Requerentes: Bruno Camargo Ferreira; Clovis de Castro Humes; Gustavo Jose Pedroza Silva; Leandro Lippi Guimarães; Luiz Henrique Brandão Ferreira; Reinaldo Iori Neto; Renata Hatori Nascimento
Advogado: Vamario Soares Wanderley de Souza – OAB/ DF nº 69680
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Questiona a reestruturação administrativa das Promotorias de Justiça Locais do Ministério Público do Estado de São Paulo que atuam em primeira instância junto às Varas Regionais Empresariais e de Conflitos de Arbitragem. Solicita a desconstituição das respectivas resoluções e procedimentos administrativos considerados irregulares. Pedido de Liminar.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: São Paulo
- 53) Conflito de Atribuições nº 1.00455/2023-29
Requerente: Procuradoria da República – Mato Grosso/Diamantino
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Mato Grosso. Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.20.000.000388/2023-03. SIMP Nº 002874-005/2020. Apuração de possível prática de delito de lavagem de dinheiro por agentes públicos do Município de Brasnorte/MT.
Relator: Cons. Rodrigo Badaró Almeida de Castro
Origem: Mato Grosso
- 54) Conflito de Atribuições nº 1.00458/2023-90
Requerente: Procuradoria da República – Pará/Castanhal
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Pará. Ministério Público do Estado do Pará. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.23.000.001935/2022-77. Procedimento Administrativo SIMP nº 001349-025/2021. Apuração de suposto desvio na utilização de verba federal oriunda do FUNDEB e de verba municipal destinada à educação durante a gestão do ex-prefeito de Marituba/PA.
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Pará

- 55) Conflito de Atribuições nº 1.00484/2023-09
Requerente: Ministério Público do Estado do Paraná
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Ministério Público do Estado do Paraná. Ministério Público do Estado de São Paulo. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato 0031.23.000365-4 (0008.0000260-2023). Apuração de possível crime contra a ordem tributária perpetrado, em tese, pelos representantes legais da contribuinte VAPZA ALIMENTOS S/A.
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos
Origem: Paraná
- 56) Conflito de Atribuições nº 1.00536/2023-29
Requerente: Procuradoria da República – São Paulo
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de São Paulo. Procuradoria da República no Município de Franca. NF nº 1.34.005.000094/2023-38. Ministério Público do Estado de São Paulo. Promotoria de Justiça de Pedregulho. IC nº 14.0371.0000350/2019-4. Conflito Negativo de Atribuições. Trata-se de procedimento que visa apurar o mau estado de conservação da ponte que liga os Municípios de Rifaina/SP e Sacramento/MG, com prejuízo à segurança dos usuários.
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos
Origem: São Paulo
- 57) Conflito de Atribuições nº 1.00542/2023-59
Requerente: Procuradoria da República – Mato Grosso do Sul
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Mato Grosso do Sul. Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul. Conflito negativo de atribuições. Procedimento Preparatório nº 1.21.000.001161/2022-59. Apuração de possível poluição em área de preservação permanente, entorno de nascente, mediante o depósito irregular de resíduos sólidos, inclusive eletrônicos, em área da EMBRAPA. Município de Campo Grande/MS.
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: Mato Grosso do Sul
- 58) Conflito de Atribuições nº 1.00547/2023-27
Requerente: Procuradoria da República – Paraná
Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado do Paraná. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato nº .25.000.003372/2023-68. Apuração de prática, em tese, do crime previsto no artigo 299, do Código Penal, referente à omissão de declaração em documento público relativa à transferência de 01 (uma) ave da espécie Trinca-Ferro (Saltador similis), anilhada e registrada no Sispas, apreendida em posse irregular, em Rocador/PR.
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Paraná
- 59) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00582/2023-37
Requerente: Kleiton Luis de Oliveira
Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná
Objeto: Ministério Público do Estado do Paraná. Apuração de irregularidades na implementação de jornada de trabalho distinta para servidores ocupantes do mesmo cargo e com as mesmas atribuições. Determinação para pagamento de hora extra aos servidores com jornada de trabalho de 8h diárias.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Paraná

- 60) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00587/2023-05
Requerente: Misael Silva Nogueira
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Pagamento retroativo de auxílio-creche a membros. Alegação de violação à resolução aprovada pelo CNMP. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Rodrigo Badaró Almeida de Castro
Origem: Minas Gerais
- 61) Conflito de Atribuições nº 1.00589/2023-12
Requerente: Ministério Público do Estado de Alagoas
Requerido: Ministério Público Federal
Objeto: Ministério Público do Estado de Alagoas. Ministério Público Federal. Conflito negativo de atribuição. Procedimento Preparatório nº 06.2022.0000.0082-7. Apuração de possíveis danos ambientais provocados pela MINERAÇÃO VALE VERDE DO BRASIL LTDA., no Município de Craíbas/AL, a partir de matéria jornalística advinda do jornal Tribuna Hoje, noticiando que "barragens de mineradora colocam em risco povoados do agreste".
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: Alagoas
- 62) Conflito de Atribuições nº 1.00597/2023-50
Requerente: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Requerido: Procuradoria da República – Minas Gerais
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Ministério Público Federal no Estado de Minas Gerais. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.22.010.000138/2023-16. Apuração de crime do art. 171, do Código Penal, por parte da empresa Power Brasil. Município de Guanhães/MG.
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Minas Gerais
- 63) Conflito de Atribuições nº 1.00608/2023-38
Requerente: Procuradoria da República – Santa Catarina
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato nº 1.33.015.000071/2023-41. 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Papanduva/SC. Procuradoria da República no Município de Joinville/SC. Apuração de possível supressão de vegetação nativa sem autorização do órgão ambiental competente, em que há espécies ameaçadas de extinção, *in casu*, cedro e imbuia, na Fazenda Morada do Sol, Rio da Serra, Município de Monte Castelo/SC.
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Santa Catarina

- 64) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00613/2023-04
Requerente: Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público
Advogado: Fabio Fontes Estillac Gomez – OAB/DF nº 34.163
Requerido: Ministério Público da União
Objeto: Ministério Público da União. Procuradoria Geral da República. Pedido de revisão da Portaria PGR/MPU nº 629, de 21 de novembro de 2011, para incluir entre os beneficiários do auxílio pré-escolar os dependentes que possuem deficiência motora. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Distrito Federal
- 65) Conflito de Atribuições nº 1.00615/2023-11
Requerente: Procuradoria da República – Santa Catarina
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato nº 1.33.015.000079/2023-16. 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Papanduva/SC. Procuradoria da República no Município de Joinville/SC. Auto de Infração Penal Ambiental nº 9701-E. Apuração de supressão de vegetação em área situada na localidade de Floresta, Zona Rural, Município de Papanduva/SC, consistente em vegetação nativa, sem autorização do órgão ambiental competente, consignando haver, dentre as espécimes atingidas, araucária, cedro rosa e imbuia, ameaçadas de extinção.
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Santa Catarina
- 66) Conflito de Atribuições nº 1.00618/2023-82
Requerente: Procuradoria da República – Santa Catarina
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Notícia de Fato nº 1.33.015.000081/2023-87. 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Papanduva/SC. Procuradoria da República no Município de Joinville/SC. Autos de Infração Penal Ambiental nº 8600-E, 8599-E e 8598-E. Apuração de possível supressão de vegetação (conduta agravada pelo uso de fogo) em área situada na Localidade de Rio da Serra, Município de Monte Castelo/SC, consistente em vegetação nativa, sem autorização do órgão ambiental competente, consignando haver, dentre as espécimes atingidas, cedro, ameaçado de extinção.
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Santa Catarina
- 67) Conflito de Atribuições nº 1.00619/2023-36
Requerente: Procuradoria da República – Santa Catarina
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato nº 1.33.015.000080/2023-32. 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Papanduva/SC. Procuradoria da República no Município de Joinville/SC. Autos de Infração Penal Ambiental nº 8938-E, 8939-E e 8940-E. Apuração de possível supressão de vegetação em áreas situadas na localidade de Vila São Tomaz, Zona Rural, Município de Papanduva/SC, consistente em vegetação nativa, sem autorização do órgão ambiental competente, consignando haver, dentre as espécimes atingidas, cedro, ameaçada de extinção.
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Santa Catarina

- 68) Conflito de Atribuições nº 1.00620/2023-98
Requerente: Procuradoria da República – Santa Catarina
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato nº 1.33.015.000074/2023-85. 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Papanduva/SC. Procuradoria da República no Município de Joinville/SC. Auto de Infração Penal Ambiental n. 10451-E. Apuração de possível supressão de vegetação em área situada na Localidade de Rio da Serra, Município de Monte Castelo/SC, consistente em vegetação nativa, sem autorização do órgão ambiental competente, consignando haver, dentre as espécimes atingidas, pinheiro araucária, ameaçado de extinção.
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Santa Catarina
- 69) Conflito de Atribuições nº 1.00621/2023-41
Requerente: Procuradoria da República – Santa Catarina
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato nº 1.33.015.000077/2023-19. 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Papanduva/SC. Procuradoria da República no Município de Joinville/SC. Autos de Infração Penal Ambiental nº 10277-E e 10278-E. Apuração de possível supressão de vegetação em áreas situadas na localidade de Rodeio Grande, Estrada Geral, Zona Rural, Município de Monte Castelo/SC, consistente em vegetação nativa, sem autorização do órgão ambiental competente, consignando haver, dentre as espécimes atingidas, pinheiro, araucária e imbuia, ameaçadas de extinção.
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Santa Catarina
- 70) Conflito de Atribuições nº 1.00636/2023-64
Requerente: Procuradoria da República – Santa Catarina
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato nº 1.33.015.000083/2023-76. 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Papanduva/SC. Procuradoria da República no Município de Joinville/SC. Infração Penal Ambiental n.º 02529.2022.0000677. Apuração de possível supressão de vegetação nativa sem autorização do órgão ambiental competente, em que há espécies ameaçadas de extinção, in casu, pinheiro araucária e cedro, na localidade de Rio da Serra, Zona Rural, Monte Castelo/SC.
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Santa Catarina
- 71) Conflito de Atribuições nº 1.00637/2023-18
Requerente: Procuradoria da República – Santa Catarina
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato n. 1.33.015.000075/2023-20. 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Papanduva/SC. Procuradoria da República no município de Joinville/SC. Notícia de Infração Penal Ambiental n.º 02529.2022.0000592. Apuração de possível supressão de vegetação nativa sem autorização do órgão ambiental competente, em que há espécies ameaçadas de extinção, in casu, pinheiro araucária e imbuia, na localidade de Rancho Grande (próximo da Rodovia Federal BR 116), Zona Rural, Monte Castelo/SC.
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Santa Catarina

- 72) Conflito de Atribuições nº 1.00638/2023-71
Requerente: Procuradoria da República – Santa Catarina
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato nº 1.33.015.000072/2023-96. 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Papanduva/SC. Procuradoria da República no Município de Joinville/SC. Apuração de possível supressão de vegetação nativa sem autorização do órgão ambiental competente, em que há espécie ameaçada de extinção, in casu, pinheiro araucária, na localidade de Rio da Serra, Zona Rural, Monte Castelo/SC.
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Santa Catarina
- 73) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00643/2023-48
Requerentes: Amanda Gualtieri Varela; Marcio Rogerio da Silva Garcia
Requeridos: Ministério Público Federal; Procuradoria Geral da República
Objeto: Ministério Público Federal. Procuradoria Geral da República. PGEA 1.00.000.027221/2022-93. Requerimento de permuta entre Procuradores da República lotados em Bagé/RS e Uruguaiana/RS. Indeferimento. Alegação de preenchimento dos requisitos e ausência de impedimentos. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Rio Grande do Sul
- 74) Conflito de Atribuições nº 1.00645/2023-55
Requerente: Procuradoria da República – Piauí
Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado do Piauí. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato nº 1.27.000.000509/2023-58. Apuração de supostas irregularidades consubstanciadas na ausência de pagamento do "abono Fundeb" aos professores temporários aprovados em seleção pública e que prestaram serviço no período letivo de 2021, no Município de Altos/PI, e na inobservância às recomendações proferidas na TC/014026/2021, pelo Tribunal de Contas do Piauí.
Relator: Cons. Jayme Martins de Oliveira Neto
Origem: Piauí
- 75) Conflito de Atribuições nº 1.00657/2023-07
Requerente: Procuradoria da República – Ceará/Maracanaú
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado do Ceará. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato nº 1.15.000.002952/2023-84 (09.2023.00008475-5), instaurada a partir do Ofício nº 5861/2021 do DETRAN-CE, que encaminhou relatório de inspeção da frota de veículos que compõem o transporte escolar do Município de Altaneira/CE, identificando inúmeras irregularidades nos veículos.
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Ceará

- 76) Conflito de Atribuições nº 1.00663/2023-37
Requerente: Procuradoria da República – São Paulo
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Interessado: Justiça Federal de Primeiro Grau em São Paulo
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Ministério Público Federal no Estado de São Paulo. Conflito negativo de atribuições. Processo nº 5006211-23.2023.4.03.6181. Processo TJSP 1531702-65.2022.8.26.0050. Apuração de possível prática do crime tipificado no art. 183, parágrafo único, da Lei nº 9.472/97.
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: São Paulo
- 77) Conflito de Atribuições nº 1.00670/2023-10
Requerente: Procuradoria da República – Paraná
Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado do Paraná. Conflito negativo de atribuição. Inquérito Civil nº 1.25.008.001117/2022-20. Ofício encaminhado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, no qual a autarquia fundiária noticia possíveis irregularidades na aquisição da propriedade rural “Sítio Aguaraguazu”, por parte de cidadão estrangeiro, de nacionalidade italiana.
Relator: Cons. Jayme Martins de Oliveira Neto
Origem: Paraná
- 78) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00674/2023-35
Requerente: Juan Rodrigo Carneiro Aguirre
Requerido: Ministério Público do Estado de Tocantins
Interessado: Roberto Freitas Garcia
Objeto: Ministério Público do Estado de Tocantins. Concurso de Remoção. Edital nº 517/2023. Ato 040/2023. Solicita suspensão dos efeitos da decisão do Conselho Superior, tomada na ocasião da 248ª Sessão Ordinária, em razão de possível violação aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade e isonomia. Questiona critérios adotados para atribuir pontuação aos membros nas listas consecutivas de promoção por merecimento. Pedido de Liminar.
Relator: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves
Origem: Tocantins
- 79) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00675/2023-99
Requerente: Luiz Francisco de Oliveira
Requerido: Ministério Público do Estado de Tocantins
Interessado: Roberto Freitas Garcia
Objeto: Ministério Público do Estado de Tocantins. Concurso de Remoção. Edital nº 517/2023. Solicita desconstituição da decisão adotada pelo Conselho Superior, na 248ª Sessão Ordinária, que indeferiu a inscrição do requerente para participar do concurso de remoção, vaga destinada à promoção por merecimento. Pedido de Liminar.
Relator: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves
Origem: Tocantins

- 80) Conflito de Atribuições nº 1.00681/2023-19
Requerente: Procuradoria da República – Minas Gerais
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato nº 1.22.012.000132/2023-84. Apuração do possível não pagamento do piso salarial e outras vantagens pecuniárias aos agentes comunitários de saúde e combate a endemias, no Município de Divinópolis, apesar do recebimento do repasse de recurso pela União.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Minas Gerais
- 81) Conflito de Atribuições nº 1.00690/2023-00
Requerente: Ministério Público do Estado da Bahia
Requerido: Procuradoria da República – Bahia
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Ministério Público Federal no Estado da Bahia. Conflito negativo de atribuições. Procedimento IDEA nº 644.9.47158/2018. Inquérito Civil nº 1.14.007.000463/2013-93. Apuração de irregularidades na atividade de extração de argila no Município de Vitória da Conquista/BA.
Relator: Cons. Jayme Martins de Oliveira Neto
Origem: Bahia
- 82) Conflito de Atribuições nº 1.00706/2023-66
Requerente: Procuradoria da República – Rio de Janeiro
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro. Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.30.001.004974/2016-33 (Referência 5029726-61.2020.4.02.5101-INQ). Apuração de suposto crime de estelionato. Saques, mediante fraude junto à agência da Caixa Econômica Federal, no Município de Itaguaí/RJ. Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.
Relator: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves
Origem: Rio de Janeiro
- 83) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.00707/2023-10
Requerente: Soel Arpini
Requerido: Ministério Público Militar
Objeto: Ministério Público Militar. Conselho Superior do Ministério Público Militar. Suspensão da eficácia do § 4º ao § 6º da Resolução nº 100/CSMPM. Diretrizes a respeito da instauração de Inquérito Civil e Procedimento Preparatório. Pedido liminar.
Relator: Cons. Rodrigo Badaró Almeida de Castro
Origem: Distrito Federal

- 84) Proposição nº 1.00717/2023-64
Requerentes: Rodrigo Badaró Almeida de Castro; Rogério Magnus Varela Gonçalves
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Conselho Nacional de Corregedores Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução que “Altera a Resolução CNMP nº 252, de 22 de novembro de 2022, que institui a Ordem Nacional do Mérito do Ministério Público, para incluir no Quadro Especial da Ordem do Mérito os ex-Presidentes do Conselho Federal da OAB, no grau Grã-Cruz, e os Presidentes e ex-Presidentes das Seccionais da OAB, no grau Colar de Alta Distinção”.
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: Distrito Federal
- 85) Conflito de Atribuições nº 1.00725/2023-00
Requerente: Procuradoria da República – Rio de Janeiro
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Interessado: Justiça Federal de Primeiro Grau no Rio de Janeiro
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro. Conflito negativo de atribuições. Processo 5086412-05.2022.4.02.5101. Apuração de delitos previstos nos artigos 4º, 6º, 7º, II, e 16, da Lei nº 7.492/1986. SPARTACUS CONSULTORIA LTDA.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Rio de Janeiro
- 86) Conflito de Atribuições nº 1.00731/2023-21
Requerente: Ministério Público do Estado do Pará
Requerido: Procuradoria da República – Pará/Castanhal
Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Ministério Público Federal. Conflito negativo de atribuição. Inquérito Civil nº 001616-040/2022. Apuração a partir do Acórdão nº 653/2022 – TCU – Segunda Câmara (TC 002.815/2015-0), que imputou débitos em desfavor de ordenadores de despesas ligados ao SESC/PA, relativos às obras executadas na entidade no ano de 2009.
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: Pará

ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS
Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público